

PLANO DE AÇÃO

COMITÊ DA DIVERSIDADE - IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO

É de conhecimento geral a existência de machismo nas instituições, pois é algo histórico e cultural, e não é fácil sair desse patriarcado. Por essa razão, por uma natural evolução do ser humano, e dos profissionais que trabalham com a Justiça, também o Conselho Nacional de Justiça trouxe a necessidade de montar-se comissões/comitês/grupos de trabalhos nos diversos Tribunais, com a finalidade de estudar e combater a desigualdade existente.

Assim, no Tribunal de Justiça do Estado do Acre também tem-se essa finalidade.

Segue abaixo proposta de plano de trabalho para o ano de 2021, dentro do Poder Judiciário do Estado do Acre:

O QUE?	POR QUE?	ONDE?	POR QUEM?	QUANDO?	COMO?	QUANTO?
Pesquisa entre servidores e magistrados	É importante saber entre todos os servidores e magistrados o conhecimento que tem acerca de gênero, para serem traçadas outras estratégias específicas a serem abordadas durante o ano, inclusive quanto à direção a ser tomada nas demais atividades deste plano de ação.	Nas instalações do Poder Judiciário	Comitê da Diversidade e Esjud	Durante 30 dias, entre janeiro e fevereiro de 2021	Seria feita uma pesquisa, com o auxílio da Esjud, onde o servidor/magistrado passaria a preencher um formulário informando alguns dados acerca de suas ideias básicas de gênero. O objetivo é levantar dados sobre a ideia que se tem de gênero, o machismo oculto, a participação	Sem custos

					feminina em alguns cargos, discriminação, dentre outros. Assim, seria uma pesquisa sem identificação da pessoa que está respondendo, para tentar chegar o mais próximo à veracidade das respostas.	
Divulgação sobre machismo institucional	A desigualdade de gênero existe dentro das instituições e deve ser conhecida e reconhecida, para então ser combatida. É necessário assumir que esse machismo existe e deve ser eliminado.	Nas instalações do Poder Judiciário	Comitê da Diversidade	Durante todo o ano de 2021	Essa divulgação inicial será feita através de panfletos esclarecedores, postagens nas redes sociais do TJAC, na radio TJAC, bem como no site e na intranet.	Sem custos Fazer uso da assessoria de comunicação do TJAC.
Realização de curso voltado à temática de gênero e participação da mulher no Poder Judiciário	Em que pese atualmente haver uma divulgação maior sobre a necessidade de participação da mulher em diversas frentes, vê-se que pouco se sabe a respeito de conceitos de gênero, de sua importância, e principalmente de seu reconhecimento.	Nas instalações do Poder Judiciário	Esjud e Comitê da Diversidade	Entre abril e junho de 2021	Curso na Plataforma EAD, com pelo menos 20 horas aulas (ideal que seja até maior), elaborando-se um conteúdo programático onde se possa ter a ideia de gênero, evoluções e reconhecimento da existência de discriminação e	O custo relativo apenas à contratação da pessoa que ministrará o curso – Tabela da Enfam.

	<p>O CNJ já vem reconhecendo a necessidade de cursos específicos sobre gênero, mas é importante que esses cursos sejam amplos, não apenas a magistrados, mas também a todos os servidores, visto que todos fazem parte da instituição.</p>				<p>discussão de formas de eliminação. A ideia é que a maioria dos servidores e juízes possa participar, e dependendo da demanda o curso pode ser dividido em grupos para melhor aproveitamento.</p>	
<p>Palestras e rodas de conversa</p>	<p>Como as palestras e rodas de conversa são menores (ou seja, realizadas em tempos mais curtos), podem chamar mais a atenção de quem não tem interesse em fazer cursos. Além disso, pode-se trazer subtemas importantes.</p>	<p>Nas instalações do Poder Judiciário</p>	<p>Esjud e Comitê da Diversidade</p>	<p>Durante todo o ano de 2021</p>	<p>A ideia é convidar algum especialista sobre o tema e promover um Webinário.</p>	<p>Ver a possibilidade de se convidar alguém que não cobre pela participação.</p>